



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A EFETIVAÇÃO DO CONSELHO  
ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”, EM  
LUMINÁRIAS – MG.**

**THIAGO FERREIRA FURTADO**

**BELO HORIZONTE**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A EFETIVAÇÃO DO CONSELHO  
ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”, EM  
LUMINÁRIAS – MG.**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do(a) Professor(a) Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**

**2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Thiago Ferreira Furtado

## **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A EFETIVAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”, EM LUMINÁRIAS – MG.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Professor – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira – Orientador

---

Prof. Thiago Ferreira Furtado – Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre trabalharam para que eu pudesse ter um futuro melhor, minha esposa que sempre foi um braço forte nas horas de sufoco, meu filho que muitas vezes dormiu ao meu colo na frente do computador e a toda minha família e amigos que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho “Gestão Escolar Democrática: a efetivação do conselho escolar na Escola Municipal Francisco Diniz, em Luminárias-MG”, apresenta a forma que a gestão escolar é empregada na referida escola e aponta propostas de subsídios para a implantação dessa gestão democrática, bem como do Conselho Escolar. Para a realização do trabalho foi adotada uma pesquisa bibliográfica, utilizando como instrumentos de coletas de dados, livros e artigos científicos, além de referenciais disponíveis na internet. Tratou-se de uma leitura atenta e sistemática acompanhada de anotações e observações que foram essenciais para a fundamentação teórica do estudo. Como resultado, observou-se que a forma como a gestão escolar é praticada nessa escola, ainda segue os modelos autoritários e retrógrados que tem somente a figura do Diretor como o centro das decisões e não a palavra dos professores que estão vivenciando a educação. Diante disso, percebe-se que, somente com a implantação e efetivação de um Conselho Escolar, é que se pode oferecer uma boa qualidade na educação. Nesse presente trabalho, iremos abordar acontecimentos não exitosos que ocorreram dentro da escola, devido a não existência do Conselho Escolar, e apontar algumas medidas que poderão ser tomadas para a solução desses problemas.

**Palavras chave:** Gestão Democrática, Educação, Escola, Conselho Escolar.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>1. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR.....</b>	<b>08</b>
<b>1.1A Concepção de Gestão Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz” .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Proposta de Ação para implantação/efetivação do Conselho e adoção da Gestão Democrática na Escolar na Escola Municipal “Francisco Diniz” .....</b>	<b>13</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>16</b>

## INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca do processo de universalização e qualidade da educação. Esse acontecimento está literalmente ligado a Gestão Democrática prevista na Constituição de 1988 e deve promover condições de igualdade, liberdade, justiça e, principalmente diálogo, constituindo-se um importante instrumento de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades socioeconômicas.

As formas que os gestores vêm conduzindo as escolas não têm contribuído para o processo da busca de uma educação de qualidade. Nesse sentido, é incontestável a importância da gestão democrática como ferramenta e recurso de humanização, socialização e formação do cidadão, além de contribuir para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A gestão democrática, através dos conselhos e colegiados, deve garantir a participação dos profissionais da educação, pais, alunos e representantes da comunidade local, a fim de garantir a melhoria da qualidade da educação e aprimorar as políticas educacionais. Diante disso, o conselho escolar tem se mostrado uma importante ferramenta na consolidação dessa gestão democrática escolar, através de parcerias e compromissos firmados entre a escola e a comunidade, visando a universalização e melhoria na qualidade da educação.

Na Escola Municipal “Francisco Diniz”, em Luminárias-MG, a gestão escolar democrática nunca realmente se efetivou, e isso ocorre também com o Conselho Escolar, uma vez que ele só existe no papel e foi criado devido a uma exigência dos órgãos governamentais para o repasse de algumas verbas para a escola.

O presente trabalho tem o objetivo de propor a reformulação e a efetivação do Conselho Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”, visando a promoção e a participação da comunidade escolar nos processos de gestão da escola, a qualidade do trabalho escolar e a democratização nas decisões e no poder da escola, bem como:

- Proporcionar a participação de toda comunidade na avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais;
- Assegurar a democratização de oportunidades a todos os seguimentos das comunidades escolar e local;

- Propiciar condições que favoreçam a descentralização e a autonomia da escola nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro;
- Promover a integração dos seguimentos das comunidades escolar e local;
- Garantir um ensino de qualidade e garantia permanente do direito de todos à educação.

## 1. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, em seu artigo 14º, estabelece que:

(...) os sistemas de ensino definiram as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e observando os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, composto pelo diretor, professores, funcionários da educação, pais, alunos e membros da comunidade local. Tem seu princípio firmado na gestão democrática do ensino público, exercendo o papel de mediador entre a sociedade e o poder público, articulando e negociando a busca pela garantia do direito à educação de qualidade. Seus conselheiros devem estar pautados em quatro princípios básicos para uma administração pública eficiente: “a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade” (CONSTITUIÇÃO, 1988, art. 37).

Com a participação da comunidade escolar na gestão da escola, as decisões passam a ser tomadas não apenas pela diretora da escola, mas sim por aqueles que realmente estão na “linha de frente” das escolas: os professores. Luiz (2008, p.5. *apud* Alves, 2000) nos fala que

(...) a palavra do professor é um importante instrumento nesse processo, pois o educador se imortaliza na formação dos educandos, sendo o mediador entre o conhecimento elaborado e a integração dos mesmos na sociedade em que vivem.

Ainda a respeito da gestão democrática, O Plano Nacional de Educação (2011, p. 59), seguindo o princípio constitucional e a diretriz da LDB, define entre seus objetivos e prioridades:

“(...) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

A educação pública brasileira tem suas raízes firmadas num modelo elitista, ou seja, num modelo em que a grande maioria da população pobre não tinha “voz” ou sequer acesso a educação. Esse cenário só começaria a mudar com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, estabelecendo no interior das escolas a gestão democrática como estímulo ao exercício da cidadania.

Percebe-se então que a gestão democrática é uma experiência nova e exige a criação de espaços propícios para que possa acontecer. Nesse sentido, o conselho escolar surge com um desses espaços, se tornando um grande aliado e desempenhando um papel importante no exercício dessa democracia, onde todos os envolvidos, ou seja, a comunidade escolar possa assumir o compromisso com a educação. A construção da gestão democrática escolar possibilita grandes avanços na escola, pois prioriza o trabalho participativo, visando assegurar a efetividade no alcance das metas propostas no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Diante de tudo isso, muitas escolas têm fortalecido o seu Conselho Escolar como espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola, tornando-o um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar. De acordo com Paro (2001, p. 82), uma importante questão a ser enfrentada pelos Conselhos Escolares refere-se:

(...) à necessidade de uma definição mais precisa de suas funções, dotando-o de atribuições e competências que o tornem corresponsável pela direção da escola, sem provocar choque de competências com o diretor (...). Uma solução que se poderia imaginar para essa questão é a de dotar o conselho de escola de funções diretivas, semelhantes às que tem hoje o diretor. Dessa forma, o responsável último pela escola deixaria de ser o diretor, passando a ser o próprio conselho, em corresponsabilidade com o diretor, que dele também faz parte.

De modo geral, podemos destacar cinco principais atribuições do conselho escolar: integrar escola-família-comunidade, fiscalizar a aplicação das verbas e recursos escolares, participar e opinar nos assuntos referentes a gestão escolar, organizar a elaboração ou revisão do PPP e acompanhar os indicadores de qualidade da escola (NAVARRO, 2004).

A primeira atribuição, “competência mobilizadora”, procura trazer a comunidade para dentro da escola. Como o conselho escolar é composto por membros da comunidade, sua formação em si já se transforma nessa competência. Mas esse deve mobilizar o restante dos seguimentos da comunidade a fim de fazer com que eles participem das reuniões e de todos os projetos desenvolvidos pela escola.

A competência fiscal do conselho escolar está ligada não somente a mera fiscalização das verbas escolares, mas sim numa abordagem mais profunda, em que os conselheiros devem acompanhar a demanda (as reais necessidades da escola), e como esses recursos estão sendo aplicados.

Quanto a competência deliberativa, de acordo com Bordignon (2004), o conselho deve elaborar, decidir, deliberar, aprovar, opinar, emitir parecer, discutir e participar de assuntos que dizem respeito à gestão escolar.

O conselho escolar também tem o papel de organizar a elaboração ou a reformulação do PPP, ou seja, ele é o responsável para que toda a comunidade escolar discuta e participe ativamente nesse PPP.

Outra questão muito importante está relacionada ao acompanhamento dos indicadores de qualidade da escola. O conselho deve estar muito atento aos resultados das avaliações internas e externas como o PROALFA, PROEB, IDEB, entre outros. Além de garantirem a destinação de mais recursos financeira para a escola, esses indicadores, como o próprio nome já diz, mostram como está a qualidade da educação no município e na escola. Nesse sentido, o conselho também assume um papel mobilizador, no sentido de sempre lutar pela melhoria da qualidade da educação na escola e conseqüentemente dos resultados dessas avaliações.

Além dessas atribuições citadas acima, também fazem parte das funções do conselho escolar:

- Aprovar o Regimento Escolar e os Projetos em parceria com a comunidade;

- Avaliar periodicamente o planejamento administrativo, financeiro e pedagógico da unidade escolar;
- Avaliar o Plano Anual de Ação da Escola;
- Participar dos processos de avaliação de desempenho dos profissionais da unidade escolar;
- Aplicar penalidades disciplinares aos servidores e alunos da unidade escolar;
- Participar do planejamento orçamentário da comunidade escolar;
- Participar da elaboração e acompanhar o cumprimento do calendário escolar;
- Opinar no atendimento e na distribuição de séries, classes, turnos e espaço físico escolar;
- Incentivar a formação continuada da equipe escolar;
- Promover e incentivar a realização de eventos culturais e pedagógicos que favoreçam e valorizam a cultura local.

Todos os membros da comunidade escolar devem se tornar sujeitos ativos e comprometidos com o desenvolvimento dessas ações para que se chegue num só objetivo: a democratização escolar e qualidade na educação.

## **1.1 A Concepção de Gestão Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”**

Indo totalmente contra aos textos da LDB e do Plano Nacional de Educação, a gestão da Escola Municipal “Francisco Diniz” ainda conserva o modelo autoritário e ditatorial. A gestão escolar é feita somente por uma diretora nomeada pelo Prefeito Municipal, que é responsável por cuidar dos assuntos administrativos, pedagógicos, bem como das relações interpessoais.

Para complicar ainda mais, outro grande problema é a defasagem do Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola que não é reformulado desde o ano de 2010. Com essa defasagem do PPP, apesar da Gestão Democrática estar prevista na

Constituição (1988), na LDB 9.394/96 e também na Lei Orgânica Municipal (1998), não existe documento algum dentro da escola que obrigue a Diretora a ouvir a voz dos professores e profissionais da educação. De acordo com Castro (2008, p. 17),

Quando se busca construir na escola o processo de participação que tem como base a cooperação, o trabalho coletivo e o partilhamento do poder torna-se imprescindível exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, da liberdade de expressão, a vivência da democracia, a serem efetivados no cotidiano em busca da construção de projetos coletivos.

Agora, vejamos o que nos fala o PPP da Escola Municipal “Francisco Diniz” (2010, p. 59) a respeito dos Processos de Participação Colegiada:

- Conselho Municipal de Educação para acompanhamento de assuntos previstos em regimento próprio;
- Conselho de Classe composto pelo Diretor, Especialistas, Professores Regentes e Professores de Aulas especializadas;
- Comissão para classificação e reclassificação composta pelo Diretor, Especialistas e Professores regentes;
- Participação dos Pais em reuniões bimestrais.

Percebe-se que não há texto algum no PPP voltado para a participação dos professores, pais e alunos na gestão da Escola. Ele fala somente que CME irá acompanhar assuntos previstos em seu regimento e que os pais terão participação nas reuniões bimestrais.

Há de se ressaltar também as questões do Regimento Escolar. Em 2012 foi a última vez que esse foi reformulado, e como não há o conselho escolar na escola, ele foi revisado por uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação.

Todos esses fatores estão afetando diretamente os resultados e qualidade da educação da Escola Municipal “Francisco Diniz”. De acordo com o Centro de Estudos em Avaliação Educacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEAE/UFRJA, a gestão democrática da escola é o regime de funcionamento mais adequado para a "escola que aprende" e que não se contenta com a rotina, com a reprodução. Ela estará funcionando bem se servir para aprofundar o autoconhecimento da escola e para mobilizar a capacidade de seus membros para pensar, julgar, imaginar, propor e resolver o que for necessário. É assim que ela vai aprender a concretizar as vontades coletivas.

## **1.2 Proposta de Ação para implantação/efetivação do Conselho e adoção da Gestão Democrática na Escolar na Escola Municipal “Francisco Diniz”**

Como proposta de ação para a efetivação do conselho escolar e adoção da gestão democrática na Escola Municipal “Francisco Diniz”, necessita-se do envolvimento de toda a comunidade escolar que, de forma direta ou indireta, influenciarão na qualidade da educação. Será apresentado agora, algumas ideias e alternativas que poderão solucionar esses problemas enfrentados pela Escola.

Primeiramente, entendemos que não há como alcançar a qualidade na educação sem que haja uma gestão democrática. Dessa forma, a Escola Municipal “Francisco Diniz” deve implantar/efetivar o seu conselho escolar imediatamente. Os conselheiros não devem ficar presos à legislação ou ao regimento interno do conselho, mas sim contribuir para o real emprego da gestão democrática na escola, decidindo, deliberando, opinando, discutindo e participando dos assuntos referentes à gestão escolar, de forma a fazer valer as leis federais (LDB 9.394/96 e PNE 13.005/14), bem como a Lei Orgânica Municipal.

Outro ponto é a mudança na forma de escolha da direção da escola. Se hoje é feita por indicação do prefeito municipal (cargo de confiança), essa deve passar para eleições diretas, em que profissionais da educação interessados em assumir a direção da Escola, deveriam ter cinco anos ou mais de efetivo exercício na Escola, realizar uma avaliação com pré-requisitos mínimos para serem diretores de escola pública, tivessem uma especialização em gestão escolar, se candidatassem apresentando chapa com diretor e vice-diretor, e fossem votados por toda comunidade escolar. Dessa forma, o candidato que atendesse todos os pré-requisitos e recebesse a maior quantidade de votos, se tornaria o diretor da escola.

Para que essa mudança na escolha da direção realmente aconteça, a escola precisa entrar num outro ponto a ser mudado: a reformulação do Regimento Escolar com a participação do Conselho Escolar. Como também foi dito acima, o Regimento Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz” raramente é reformulado, sendo que a última vez foi feito por uma funcionária da Secretária Municipal de Educação. É preciso que os funcionários da escola tenham “voz” nessa reformulação e que a questão da escolha do diretor seja inserido nesse novo Regimento Escolar.

E finalizando, quando falamos na palavra voz, não podemos deixar de pensar na presença de toda comunidade escolar na reformulação do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. O atual PPP não contempla todos os enfoques e demandas da educação atual, está desatualizado e principalmente, “não estabelece a gestão democrática” como um dos seus princípios. A escola precisa inserir a participação do conselho escolar na reformulação desse PPP, realizando reuniões com os pais e professores, levando a comunidade para dentro da escola, de modo a resultar num PPP mais universal para todos que dependem da escola: sejam eles alunos, professores, funcionários e a família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, entende-se que na Escola Municipal “Francisco Diniz” ainda prevalece um modelo retrógrado de educação causado pela falta da participação dos Professores, Alunos e Pais (Conselho Escolar) dentro da gestão escolar. Enquanto a maioria dos Municípios brasileiros abre espaço para a comunidade escolar participar efetivamente na escola, Luminárias prefere “monopolizar” a sua gestão escolar.

A presença de um Projeto Político-Pedagógico sólido e estruturado que obrigue a direção abrir espaço para essa comunidade dentro da escola (apesar de estar previsto em leis federais e municipais: CF, LDB, PNE e LOM), além de um Conselho Escolar atuante, e que realmente faça essa democratização da gestão na educação acontecer poderia contribuir muito para a melhoria desse quadro.

A solução passa primeiramente pela efetivação desse Conselho Escolar na Escola Municipal “Francisco Diniz”, isto é, os membros que “emprestaram” o seu nome para ser colocado no papel (por parte da escola), devem realmente assumir a sua função colegiada e acompanhar o dia-a-dia da administração escolar. O restante do corpo docente deve acompanhar também essa administração, protestando e fazendo valer os seus direitos, já que como foi dito, são amparados por leis federais e municipais.

Conclui-se que a implantação/efetivação do Conselho Escolar poderá se transformar num “divisor de águas” para a educação Luminarense e que com todos esses subsídios atenderá a igualdade, liberdade e o pluralismo (princípios da gestão democrática), e conseqüentemente alcançará a qualidade da educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Ministério da Educação – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. MEC, SEB, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. Guia de consulta. **Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho**. Brasília-DF 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro\\_cons/guia\\_consulta.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/guia_consulta.pdf). Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasil 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Projeto de lei do Plano Nacional de Educação 2011 – 2020**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/106/projeto\\_pne\\_2011\\_2020-1\\_1\\_.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/106/projeto_pne_2011_2020-1_1_.pdf). Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

CEAE/UFRJA. **O que são e para que servem os colegiados da escola?** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae/m4/texto2.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2014.

DINIZ, Escola Municipal Francisco. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal “Francisco Diniz”**. Luminárias-MG, 2010.

LUIZ, Nilma de Oliveira César. **O diálogo na efetivação da gestão escolar democrática**. Ponta Grossa, 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/64-2.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2014.

LUMINÁRIAS. **Lei Orgânica Municipal**. Luminárias-MG, 1998.

OLIVEIRA, D. A. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo, Xamã, 2001.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
“FRANCISCO DINIZ”**

**THIAGO FERREIRA FURTADO**

**Belo Horizonte**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL  
“FRANCISCO DINIZ”**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das Atividades desenvolvidas na Sala Projeto Vivencial, sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte**

**2014**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>03</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA</b> .....	<b>06</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b> .....	<b>08</b>
<b>2.1 Estrutura Organizacional Administrativa</b> .....	<b>08</b>
<b>2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica</b> .....	<b>11</b>
<b>3. CURRÍCULO</b> .....	<b>14</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES</b> .....	<b>17</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO</b> .....	<b>25</b>
<b>7. AVALIAÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>31</b>
<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>32</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

A História da Escola Municipal “Francisco Diniz” teve início em 05 de maio de 1875 quando, por exigência da Lei Nº 201, para ser elevada à condição de Freguesia, Luminárias necessitava de uma escola primária. Por iniciativa dos benfeitores da época, foi instalada a “Casa da Instrução”, com a “Escola Isolada do Sexo Masculino”, tendo como primeiros professores Joaquim Francisco Valério e posteriormente Antônio Romualdo Fábregas. Depois foi criada a “Escola Isolada do Sexo Feminino” tendo como professoras Maria do Carmo Alvarenga e Judith Anália Fábregas.

Em 1949, o Distrito de Luminárias emancipou-se, surgindo então, a ideia da construção de um prédio a ser ocupado pelas escolas. Foi feita a compra de um terreno de 1.050 m<sup>2</sup> através da Lei Municipal de 06 de julho de 1949, situado à Praça Melo Viana (hoje Praça Nossa Senhora do Carmo) e construído o prédio no ano de 1950.

Em 19 de janeiro de 1956, o Decreto Nº 4.909, transformou em “Grupo Escolar” as “Escolas Reunidas Francisco Diniz” de Luminárias, mantendo a mesma denominação (Lei Nº 408 de setembro de 1949).

Em 1962 o prédio foi reconstruído e ampliado pela CARPE, passando por uma nova reforma em 1977.

Pela Resolução Nº 810 de 06 de julho de 1974 o “Grupo Escolar Francisco Diniz” recebeu a classificação e denominação de “Escola Estadual Francisco Diniz” com a classificação tipológica de 1º Grau, Tipo 1.2. Em 07 de novembro de 1978 foi reclassificada na tipologia para 0.2.0.A. e finalmente em 01 de fevereiro de 1980 recebeu a classificação tipológica 1.2.0.A.

Em 15 de julho de 1994 foi inaugurada a ampliação do prédio com mais quatro salas de aula, uma biblioteca, uma secretaria e dois sanitários.

No ano de 1997, por indicação do Poder Executivo Municipal, a Câmara Municipal aprovou as Leis 823/97 e 824/04 de 05 de novembro de 1997, de Municipalização da “Escola Estadual Francisco Diniz” e do Curso Regular de Suplência de 1ª a 4ª série da Escola Estadual “Professor Fábregas”. Pelas mesmas Leis foram nucleadas doze

Escolas Municipais que passaram a funcionar na Escola Municipal “Francisco Diniz”. A autorização foi publicada no jornal “Minas Gerais” de 23 de janeiro de 1998, pela Resolução Nº 8.455 de 23 de janeiro de 1998 da Secretaria de Estado da Educação. Com a municipalização, os alunos, professores e funcionários das escolas rurais foram nucleados no prédio do município, criando-se para este fim, o serviço de transporte escolar.

No dia 15 de julho de 2003, foi inaugurada a reforma e ampliação da Escola em mais seis salas de aula, sendo uma delas para informática, uma sala de Professores, uma sala de Supervisão Pedagógica e uma de Orientação Educacional, três banheiros, gabinete odontológico, além de mobiliário adequado.

Em 2005, foi criado o Museu Escolar, localizado junto a sala da Biblioteca da Escola. Em 2008, foram criados os Serviços de Psicologia, Psicopedagogia e Nutricionismo com profissionais devidamente concursados e no dia 05 de maio do mesmo ano, foram inaugurados uma cozinha, uma sala de café para as ajudantes, uma despensa, um almoxarifado, um refeitório e uma área de lavanderia. No dia 27 de junho de 2008 foi inaugurado o auditório “Monsenhor Waldyr Henrique Mancini” com capacidade para trezentos lugares, devidamente equipado com sistema de som, luz e imagem.

A escola oferece a Educação Infantil com atendimento de crianças de quatro a cinco anos, o Ensino Fundamental I (anos iniciais) com cinco anos de duração organizado em dois ciclos: Ciclo Inicial de Alfabetização com o 1º para crianças de seis anos, 2º e 3º anos e o Ciclo Complementar de Alfabetização com 4º e 5º anos. No turno da noite também funciona o Ensino Fundamental de 1º ao 5º para alunos acima de quatorze anos.

Quanto a localização, a escola é de fácil acesso a todos os alunos, pois, fica situada no centro de Luminárias, uma cidade pequena com pouco mais de 5.000 habitantes. Os alunos que moram nos pontos mais distantes da escola (zona urbana), não precisam andar mais que aproximadamente 1 km para chegar até ela. Os alunos

que moram na zona rural, dispõem do serviço de transporte escolar oferecido pela Prefeitura Municipal.

Quanto ao nível socioeconômico da população atendida pela escola, no geral são alunos de classe média-baixa e média. Luminárias é uma região onde há uma grande concentração de extração de pedras e lavouras de café, além das novas frentes de trabalho que vem surgindo como plantações de tomate, batata, milho e soja. Esses empregos abrigam a maioria da população luminarense, que de acordo com dados do IBGE (2010) geram uma renda domiciliar per capita de R\$ 473, 31. Quanto ao restante da população de Luminárias, são formados por pequenos comerciantes e aposentados.

A Escola Municipal “Francisco Diniz”, esta localizada a Praça Nossa Senhora do Carmo, nº 286, Centro, Luminárias – MG, CEP 37240-000, Telefax (35) 3226-1130, e-mail [educacao@luminarias.mg.gov.br](mailto:educacao@luminarias.mg.gov.br), e pertence à Rede Municipal de Ensino. Ela é composta por 506 alunos e 68 funcionários.

O Projeto Político-Pedagógico foi elaborado com a participação de todos os professores da escola, funcionários, representante da comunidade, pais, representante de alunos e Conselho Municipal de Educação, através de quatro reuniões realizadas na escola, onde foram apresentados dados sobre dificuldades enfrentadas pela escola, desempenho em avaliações externas, limitações físicas e necessidades pedagógicas. Os integrantes apontaram sugestões e medidas necessárias, bem como metas a serem alcançadas pela escola, resultando nesse Projeto Político-Pedagógico.

## 1.FINALIDADES DA ESCOLA

Vivemos num mundo capitalista, onde se procura obter conhecimentos com o objetivo de conseguir posição social e retorno financeiro, onde a família, eixo central da sociedade, perdeu sua identidade, gerando filhos sem valores e sem princípios. As consequências disso são: menores se envolvendo no mundo das drogas, pais desempregados, famílias desestruturadas e com baixo poder aquisitivo, além de outros problemas que surgem ao longo da vida escolar.

A Escola Municipal “Francisco Diniz” é afetada pelos fatores anteriormente mencionados, contudo, apesar de todas essas adversidades, ela acredita na qualidade do ensino através da valorização do ser humano, num ambiente criativo, inovador e de respeito ao próximo, garantindo a participação ativa da comunidade e considerando o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, onde o conhecimento é construído progressivamente por ele, mediado e incentivado pelo professor. Caberá a esse mediador, administrar as possibilidades de aprendizagem de cada aluno, tendo em mente que elas não se dão da mesma forma e no mesmo tempo para todos, respeitando as limitações, necessidades e interesses de cada aluno. Vygotsky (1988) nos fala que a aprendizagem é produto da ação dos adultos que fazem a mediação no processo de aprendizagem das crianças, usando ferramentas culturais como a linguagem e outros meios. Dessa forma, a aprendizagem é um processo de incorporação inconsciente no qual a criança domina e se apropria dos instrumentos culturais como os conceitos, as ideias, a linguagem e as competências e passa a considerar como seus.

A organização do trabalho escolar da referida escola baseia-se na prática-teoria-prática, o que estimula o desenvolvimento da autonomia dos alunos e almeja o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem. A escola pretende deste modo, formar seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro. Tem como objetivo promover um ensino que contextualiza a realidade dos alunos, aprimorando uma relação de comunicação e troca de experiências, onde eles assumam uma conduta crítica, própria

dos sujeitos construtores da história, visando uma sociedade mais equilibrada, igualitária e justa, ou seja, dentro dos princípios democráticos.

A escola contemporânea é um lugar de convívio e legitimação de diversos saberes e fazeres considerando a socialização do conhecimento formal historicamente construído. Sendo assim, a escola é um espaço de ampliação da experiência humana, que traz novos conhecimentos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. Sua função é promover crescimento e desenvolvimento humano, criando possibilidades para que os sujeitos socializem experiências, realizem aprendizagens e construam sua identidade numa perspectiva de pleno exercício da cidadania. Para Cury (2006, p. 1) “(...) a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para inserção qualificada no mundo profissional do trabalho”.

Além dos saberes que já são considerados há algum tempo como importantes e essenciais para a aprendizagem escolar, não podemos deixar de ter em mente outro grande fator relevante do nosso tempo: “As Tecnologias da Informação e Comunicação”. As informações surgem a cada momento com a chegada dessas novas tecnologias digitais, tornando os professores e alunos, eternos aprendizes, para poder adquirir diferentes competências ao lidar com esses novos conhecimentos.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Municipal “Francisco Diniz” dispõe de um quadro de funcionários técnico-administrativos suficientes, habilitados e concursados para o bom desempenho da sua finalidade. São 36 professores qualificados para os anos iniciais da educação, 02 Supervisores Pedagógicos, 02 orientadoras Educacionais, 01 auxiliar de secretaria da Escola e 01 auxiliar da Secretaria Municipal de Educação. A escola dispõe também de uma psicopedagoga, uma nutricionista, dois dentistas e duas auxiliares de dentista (todos qualificados e especializados).

Os diversos setores da escola trabalham em conjunto uns com os outros, visando a qualidade da educação e a aprendizagem dos alunos. O Secretário Municipal de Educação e a Diretora da Escola trabalham com a parte administrativa e também pedagógica, gerindo toda a escola no setor humano e burocrático. Os supervisores contribuem para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores estimulando, orientando e planejando (através de reuniões e momentos de estudos, troca de experiências entre os docentes), além das Orientadoras Pedagógicas, que trabalham diretamente com o foco nos alunos e nos pais. A Psicopedagoga envolve diretamente com os alunos, orientando e auxiliando em barreiras encontradas dentro e fora da escola. Os Professores trabalham com os alunos e os pais, mediando a educação e apresentando os resultados obtidos. Os Auxiliares de Serviços Gerais trabalham com toda a escola, auxiliando em diversas atividades e ajudando na organização dos alunos fora das salas de aula.

Segue abaixo a relação dos funcionários com os seus respectivos cargos dentro da Escola:

#### **2.1.1 Gestão Administrativa e Pedagógica da Escola:**

- a) Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer: Jéssus Cristiano Arantes;

- b) Auxiliar da Secretaria Municipal de Educação: Maria Luciana Garcia Diniz Terra.
- c) Direção: Maríní de Oliveira Terra Ferreira;
- d) Supervisores Pedagógicos: Carmem Lúcia Ferreira Terra e Thiago Ferreira Furtado;
- e) Orientadores Educacionais: Sheila Daia do Amaral e Tânia Aparecida Ferreira.

#### 2.1.2 Professores de Educação Infantil:

- a) 1º Período: Dilma Silva Oliveira e Paula Estefânia da Silva Moreira;
- b) 2º Período: Dulcineia das Graças Moreira Andrade, Rozana Ribeiro Terra e Cleide Aparecida Arantes.

#### 2.1.3 Professores de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

- a) 1º Ano: Sarah Núbia Silva de Andrade, Marina de Fátima Teodoro Silva, Sheila Maria Ferreira e Maria de Fátima Furtado;
- b) 2º Ano: Mábel Aparecida Ferreira de Souza Andrade e Lindalva Aparecida Furtado;
- c) 3º Ano: Tânia Aparecida Ferreira, Adalgiza de Souza Terra e Juçara Aparecida Furtado;
- d) 4º Ano: Aline Cristiane Gomes de Souza, Simone Aparecida Junqueira Souza e Maritza Teodoro Silva;
- e) 5º Ano: Patrícia Alexandrina da Silva Morais, Eliane Furtado Ferreira e Celene Maria Souza Rezende.

#### 2.1.4 Professores de Aulas Especializadas:

- a) Educação Física: Beatriz Rezende Miranda, Fabiana Cristina Terra de Oliveira Alves e Gabriel Antônio Nascimento;
- b) Ensino Religioso: Márcia Nogueira Silva Vilela Oliveira;

c) Inglês: Julimara do Carmo Gouvêa;

d) Informática: Mário Lucas Guimarães Júnior.

2.1.5 Professores Eventuais: Flávia de Jesus oliveira e Dirce de Fátima Terra Miranda

2.1.6 Professora de Apoio: Gilma Ferreira Furtado.

2.1.7 Professores do Uso da Biblioteca: Dayse Aparecida Moreira Rezende e Kátia Maria Nogueira Rezende.

2.1.8 Professora Recuperadora: Carmem Lúcia Ferreira Terra.

Quanto à estrutura Física, a Escola possui uma sede de construção própria para o fim que exerce, porém é parcialmente adaptada para os deficientes físicos (ainda existem algumas salas com degraus). As salas de aula são compatíveis com o numero de alunos, sendo que são quinze salas muito bem iluminadas e ventiladas.

O corpo técnico administrativo da escola dispõe de uma sala para a Secretaria Municipal de Educação e para a Diretora da escola, uma sala para o consultório odontológico, uma secretaria geral para a escola, uma biblioteca, duas salas para atender reforço, um amplo refeitório, uma cozinha, uma sala para as auxiliares de serviços gerais, uma lavanderia, um depósito para materiais de limpeza e alimentos, um almoxarifado, uma sala para os professores, uma sala de informática, uma sala para inglês, um auditório grande com cadeiras, uma sala para a supervisão, uma sala para a orientação pedagógica, uma sala para o psicólogo e para a psicopedagoga. A escola não possui laboratório de artes e ciências, mas no que se referem à conservação, tudo é muito impecável e bem conservado.

A estrutura da escola dispõe de três pavilhões divididos em dois andares, com dois banheiros masculinos e femininos para os funcionários e alunos (respectivamente) no primeiro andar, e um banheiro masculino e feminino para os alunos e um unissex para os professores no segundo andar. Existem seis bebedouros por toda a escola (dois em cada setor). As carteiras, mesas, cadeiras e armários são bem conservados e suficientes, com adaptação para os deficientes físicos.

Quanto aos equipamentos como computadores, televisores, aparelhos de som e retroprojetores, são muitos. Ao todo são trinta e cinco computadores em toda a escola, sendo que sete são distribuídos para a Direção, Orientação, Supervisão, Professores, Auditório (*Notebooks*) e Secretaria da Escola, dezoito na Sala de Informática e dez *Notebooks* na sala de Inglês. A Escola conta também com três Televisores ao total (um em cada pavilhão), seis Aparelhos de Som (cinco para uso dos professores e um para o uso da radio interna), duas mesas de som e seis microfones (dois deles são sem fio e quatro com cabo). Quanto aos Retroprojetores, são dois ao todo, sendo que um fica fixo no auditório e o outro é para uso dos professores nas salas de aula. Todos os equipamentos estão em bom estado de conservação.

A respeito dos recursos financeiros, a Escola Municipal “Francisco Diniz”, conta com recursos repassados pelo PDDE e são gerenciados pela “Caixa Escolar Judith Anália Fábregas”, uma entidade privada composta pela Direção da Escola (presidência da caixa), representantes dos pais de alunos, representantes dos pedagogos, representantes dos professores e representantes dos funcionários da escola. Apesar de não serem numerosas, as verbas repassadas à escola, representam uma forma descentralizada de administração dos recursos financeiros destinados à educação, e são utilizados para aquisição de materiais como: jogos pedagógicos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, além de pequenos reparos no prédio da instituição. Os outros recursos provem do FNDE, porém são repassados a Secretaria Municipal de Educação que distribui entre as escolas da Rede Municipal de Luminárias.

## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A Escola Municipal “Francisco Diniz” oferece as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. A Educação Infantil está dividida em dois períodos (4 e 5 anos respectivamente) e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 05 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O Ensino Fundamental I estrutura-se em 05 (cinco) Anos Iniciais, organizados em dois Ciclos: Ciclo da

Alfabetização, com a duração de 03 (três) anos de escolaridade e Ciclo Complementar, com a duração de 02 (dois) anos de escolaridade. Essa organização favorece a “Progressão Continuada” e permite ao aluno o desenvolvimento dentro do seu próprio tempo de aprendizagem. Freitas (2004, p. 8 *apud* Bertagna, 2003, p. 79) nos fala que:

A progressão continuada permite uma nova forma de organização escolar, conseqüentemente, uma outra concepção de avaliação. Se antes aprovava-se/reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos.

E ainda complementa que:

A denominação progressão continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender. Então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em níveis diferentes. Arelada a essa concepção está o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Cada qual tem o direito de se desenvolver no seu ritmo natural e a escola, portanto, deve garantir a aprendizagem do aluno. (Freitas, 2004, p. 8 *apud* Bertagna, 2003, p. 81).

No início do ano letivo, a escola realiza uma avaliação diagnóstica, onde os professores detectam as necessidades das suas turmas. Alavarse (2009, p. 45) nos fala que “(...) o problema não está em considerar que os alunos tenham dificuldades, mas em como tratar essas diferenças, o que se converte em um desafio democrático de equidade”. As dificuldades diagnosticadas são trabalhadas paralelamente com o planejamento do primeiro bimestre para que todos os alunos tenham as mesmas condições de desenvolvimento durante o ano letivo.

A divisão dos professores entre as turmas é feita pela Diretora da Escola, observando o perfil de trabalho de cada um deles (os professores educadores ficam responsáveis pelas turmas de alfabetização).

Também no início do ano, todos os professores da escola, bem como os Supervisores Pedagógicos organizam um planejamento anual, que é subdividido em bimestres. Para esse planejamento, os professores são separados em três grupos: Educação infantil, Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização. Ao final do planejamento, esses devem ser entregues de forma separada, isto é, um para cada ano de escolaridade.

No final de cada ano letivo, é feita a enturmação para o ano seguinte. Em média, são quatro turmas de 22 alunos (duas de cada ano de manhã e duas à tarde), onde os Supervisores Pedagógicos, juntamente com os Professores de turma, procuram deixar as turmas heterogêneas. A respeito desse assunto, o Caderno Regimento Em Ação, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo nos fala que:

É fundamental, numa proposta de ciclos, que as classes sejam heterogêneas em todos os anos/termos. Caso contrário, isso descaracterizará a proposta e provocará uma retenção disfarçada no interior do ciclo, visto que o professor continuará trabalhando segundo os parâmetros estabelecidos para as antigas séries. O trabalho dentro do ciclo deverá ser contínuo, articulado, com retomadas constantes, relacionando os conteúdos trabalhados, tendo como horizonte os conteúdos a serem construídos no decorrer de cada ciclo e não de cada ano/termo. Assim, a avaliação dos alunos não visa à sua classificação e sim à revisão constante da ação educativa. Não cabe, portanto, o reagrupamento de alunos em 'fortes', 'fracos' e 'médios'(...) Da mesma forma é inaceitável essa divisão dentro de cada classe. (SÃO PAULO, 1999, p.26).

Nesse processo é levada em conta a idade do aluno, o seu rendimento durante o ano letivo e a sua disciplina, pois dessa forma, não teremos uma grande quantidade de alunos do baixo desempenho ou indisciplinados em uma turma. Quanto ao turno de estudo dos alunos da zona rural, esses são distribuídos somente no turno da manhã, para facilitar o transporte escolar.

A escola trabalha com projetos de ensino, tendo como destaque os Projetos: Rádio Vagalume, Hora Cívica, Monitoria do Recreio, Projeto de Leitura, Festa Junina, Aniversário da Escola, Dia das Mães e Dia dos Pais, 7 de Setembro e Fanfarra Mirim. Acredita e apoia atividades criativas e educativas, como gincanas, eventos de incentivo a leitura, dentre outros aspectos. Estabelece parcerias com os pais e com toda a comunidade escolar.

### 3. CURRÍCULO

A palavra currículo procede dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente. Os contextos socioeconômicos, políticos e culturais, contribuem para que o currículo venha a ser entendido como os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, experiências de aprendizagem dos alunos, planos pedagógicos, objetivos a serem alcançados por meio do ensino, processos de avaliação, dentre outros. De acordo com Kelly (1981, p. 4),

O currículo é o oferecimento de conhecimento, habilidades e atitudes socialmente valorizados e postos à disposição dos estudantes, através de uma variedade de arranjos, durante o tempo em que eles estão na escola, na faculdade ou na universidade.

Ainda a respeito desse assunto, a mesma Autora (1981, p. 4 *apud* KERR, 1968, p. 16) completa que, “o currículo é toda a aprendizagem planejada e guiada pela escola, seja ela ministrada em grupos ou individualmente, dentro ou fora dela”.

Para Moreira e Candau (2008, p. 17), o currículo

(...) é entendido como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos alunos. Currículo associa-se assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

Costa (1999 p. 41) completa que:

O currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normalizado de saberes, regidos por uma determinada ordem, estabelecida em uma arena em que estão em luta, visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas, significados sobre as coisas e seres do mundo.

Dessa forma, o currículo pode ser entendido como uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos, e fundamentos nas dinâmicas sociais, políticas, culturais e pedagógicas, que podem ser construídas dentro e fora da escola, e que não é composto de conteúdos prontos e acabados a serem repassados aos alunos. Ele é ponto central na melhoria da qualidade do ensino na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores e na renovação da instituição escolar em geral.

As atividades curriculares da Escola Municipal “Francisco Diniz” são desenvolvidas com base:

- a) No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil;

- b) Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN;
- c) Em uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela;
- d) Na Lei Nº 11.645/2008, que inclui os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir dos grupos étnicos Indígena e Africano, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;
- e) Na Matriz Curricular da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Esses favorecem a interdisciplinaridade e o estudo dos temas transversais, além de interagir com todos os conteúdos numa abordagem interativa e contextualizada, apoiando um movimento crescente de compreensão da realidade. A escola preserva o direito à cultura, como dever do currículo de garantia de cultura a novas gerações, bem como, a superação de preconceitos e conhecimento étnico-racial.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. O currículo da Educação Infantil está dividido em dois grandes eixos:

1. Formação Pessoal e Social;
2. Conhecimento de Mundo.

No Eixo da Formação Pessoal e Social, os alunos são contemplados com os conteúdos Identidade e Autonomia, enquanto no Eixo do Conhecimento de Mundo eles são contemplados com os conteúdos: Movimento; Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Matemática.

As diretrizes metodológicas gerais previstas para trabalhar o conteúdo curricular do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental estão centradas na concepção de um trabalho educativo em toda atividade voltada para a ação dos alunos, seus interesses e suas experiências. O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental abrange o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso. Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são organizados da seguinte forma:

1. Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira moderna; Arte; Educação Física.
2. Matemática.
3. Ciências da Natureza.
4. Ciências Humanas: História; Geografia; Ensino Religioso.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- a) Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- b) Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- c) Orientação para o trabalho;
- d) Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

## 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O planejamento é o processo de organização e coordenação da ação docente articulando a atividade da escola com os problemas sociais. Os professores necessitam de tempo para conhecer melhor seus alunos, ampliar a sua formação continuada (seja através da própria escola com cursos, palestras e reuniões pedagógicas, ou de forma particular), preparar suas aulas, diários, avaliações e atividades didáticas.

Essa organização do tempo escolar deve ser feita pelos próprios professores com o suporte da direção e supervisores, pois eles conhecem as necessidades e a realidade de cada sala de aula. Dessa forma, é necessário reformular a forma em que o tempo escolar é organizado, para alterar e melhorar a qualidade do trabalho pedagógico.

De acordo com Libânio (1994), são três as modalidades de planejamento dentro da escola e elas articulam-se entre si:

1. Plano da escola: é o plano pedagógico e administrativo da escola, que contem a concepção pedagógica, as bases teóricas e metodologia da didática escolar.
2. Plano de ensino: um roteiro organizado das unidades didáticas, da matriz curricular e dos projetos, para o ano ou semestre. O plano de ensino deve conter o objetivo, conteúdo, metodologia, tempo, recursos utilizados e avaliação.
3. Plano de aula: é o detalhamento do plano de ensino. O planejamento diário acontece de forma individual e deve considerar o contexto dos alunos e o seu nível de desempenho, visando a melhoraria na qualidade do ensino.

O planejamento da Escola Municipal “Francisco Diniz” é organizado anualmente de forma coletiva, embora tenha flexibilidade para alterações em qualquer tempo. Os professores são divididos em Professores de Educação Infantil, Professores do Ciclo Inicial de Alfabetização e Professores do Ciclo Complementar de Alfabetização, sendo que cada grupo planeja para o seu respectivo período ou ciclo. Posteriormente, esse planejamento anual é dividido em bimestres (pelo corpo docente e supervisão), onde as

unidades temáticas e conteúdos são discutidos e estudados nas reuniões pedagógicas, a fim de aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos professores.

A Escola Municipal “Francisco Diniz” é organizada em tempo parcial, com uma jornada de trabalho de 04 horas e 25 minutos. Como dispomos de espaço físico limitado, ainda não foi possível implantar na escola o “tempo integral”. De acordo com Cavaliere (2007, p. 1024),

Embora pareça óbvio, não é demais afirmar que as escolas de tempo integral demandam mais investimentos iniciais e correntes. Mesmo se considerarmos certas soluções que localizam parte das ações educativas, no regime de tempo integral, fora do espaço escolar, ainda sim os gastos com pessoal, alimentação, transporte e outras necessidades tendem a aumentar (...).

Porém, a escola está caminhando para que num futuro próximo, se torne uma escola de tempo integral. Alguns desses “sintomas” são os Projetos Aula de informática, Projeto Bom de Bola Bom de Escola e o Projeto Aula de Inglês. No Projeto Aula de Informática, que é organizado pela própria escola e voltado para os alunos do 3º Ano do ensino Fundamental, os alunos frequentam a escola em seu turno regular, e são liberados para irem até suas casas almoçar. Logo após, retornam no contra turno para a escola para participarem de cerca de 60 minutos de aula de informática com um professor especializado. Os alunos que estudam no turno da tarde, primeiramente participam da aula de informática, retornam para suas casas para mais tarde frequentarem seu turno regular de ensino.

Quanto ao Projeto Bom de Bola Bom de Escola, esse é custeado pela Prefeitura Municipal de Luminárias e funciona em parceria com a Escola Municipal “Francisco Diniz”. Nesse projeto, os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental também frequentam a escola em seu turno regular, e logo após o almoço, eles são levados para o poliesportivo do município para praticarem esportes como Futsal e Voleibol (a permanência do aluno nesse projeto está fielmente ligado ao seu desempenho escolar e sua disciplina na escola). Os alunos que estudam à tarde também seguem os mesmos moldes da aula de informática.

Por ultimo, temos o Projeto Aula de Inglês, que também tem seu funcionamento semelhante aos dois anteriores. Nesse, os alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental

também frequentam a escola no seu turno regular, retornam para as suas casas para almoçarem, e participarem das aulas de inglês (que também são oferecidas por uma professora especializada). Os estudantes do turno da tarde seguem os mesmos moldes dos projetos anteriores. Os alunos que moram na zona rural, participam das aulas de informática e inglês durante os seus turnos regulares de ensino e não participam do Bom de Bola Bom de Escola (por ser oferecido em um local fora do prédio escolar).

De acordo com a mesma autora citada acima, numa concepção democrática de escola de tempo integral, imagina-se:

(...) que ela possa cumprir um papel emancipatório. O tempo integral seria um meio a proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural, com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas. A permanência por mais tempo na escola garantiria maior desempenho em relação aos saberes escolares, os quais seriam ferramentas para emancipação. (CAVALIERE, 2007, P. 1029).

Cavaliere (2007) ainda complementa que “recentemente, em uma nova visão de educação de tempo integral, essa Independe da estruturação de uma escola de horário integral. Nessa nova concepção, a educação pode e deve ser feita fora do prédio escolar, na qual parcerias entre o estado e as organizações não governamentais garantiriam a eficaz desse modelo de educação”.

O trabalho escolar é dividido em quatro bimestres e o horário de aula é dividido em três turnos: o primeiro das 07 horas às 11 horas e 25 minutos, o segundo turno de 12 horas e 30 minutos às 16 horas e 55 minutos e o terceiro turno das 19 horas às 20 horas e 30 minutos (a escola atende necessariamente os alunos da zona rural no turno da manhã). Os alunos são organizados em turmas com aproximadamente 22 alunos, sendo que na maior parte das vezes, é composta por duas turmas/ano por turno.

<b>Distribuição de Turmas do Ano Letivo 2012</b>			
Período/Ano	Turno/Quantidade de Turmas		
	Matutino	Vespertino	Noturno

1º Período Educação Infantil	01	01	-
2º Período Educação Infantil	02	01	-
1º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização	02	02	-
2º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização	02	02	-
3º Ano do Ciclo Inicial de Alfabetização	02	01	-
4º Ano do Ciclo Complementar de Alfabetização	01	02	-
5º Ano do Ciclo Complementar de Alfabetização	01	02	-
EJA (Anos Iniciais)	-	-	01

Como a Escola Municipal “Francisco Diniz” não dispõe de pátio e refeitório que comporte toda a clientela de uma só vez no horário do recreio, instituímos horários de recreios diferenciados para os alunos da seguinte forma:

<b>Turno matutino</b>		
Recreio	Turmas	Horário
1º Recreio	Educação Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental	9 horas às 9 horas e 15 minutos
2º Recreio	2º e 3º Anos do Ensino Fundamental	9 horas e 15 minutos às 9 horas e 30 minutos
3º Recreio	4º e 5º Anos do Ensino Fundamental	9 horas e 30 minutos às 9 horas e 45 minutos

<b>Turno Vespertino</b>		
Recreio	Turmas	Horário
1º Recreio	Educação Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental	14 horas e 30 minutos às 14 horas e 45 minutos
2º Recreio	2º e 3º Anos do Ensino Fundamental	14 horas e 45 minutos às 15 horas
3º Recreio	4º e 5º Anos do Ensino Fundamental	15 horas às 15 horas e 15 minutos
<b>Turno Noturno</b>		
Recreio	Turmas	Horário
Recreio único	EJA Anos Iniciais do Ensino Fundamental	21 horas às 21 horas e 15 minutos

Não menos importante que o planejamento escolar, mas sim parte dele, o calendário escolar é um elemento muito importante, pois faz parte da organização curricular e merece toda a atenção da comunidade escolar. É nele que estão especificadas as quantidades de horas/aula anuais, os dias letivos, os dias escolares, o início e o término do ano/semestre letivo, as avaliações, cursos, os feriados e dias santos, recessos e férias escolares, atividades extracurriculares, entre outras informações importantes para o funcionamento da escola. A comunidade escolar deve ter total conhecimento desse calendário, para participar efetivamente da vida escolar das crianças e ter conhecimento de todas as datas escolares.

Quanto às reuniões administrativas e pedagógicas, essas são distribuídas durante todo o ano letivo. São duas reuniões administrativas: uma no início do ano para planejamento e preparação para o ano letivo, e outra no final para encerramento e avaliação dos trabalhos. Também contamos com reuniões pedagógicas com os pais dos alunos ao final de cada bimestre escolar. Nessa reunião, são entregues aos pais os

boletins dos seus filhos e discutidos assuntos referentes ao desempenho escolar deles. Também são organizadas reuniões semanais entre supervisores e professores regentes de turma. Nessas reuniões, os professores estudam as capacidades do bimestre, recebem orientações dos supervisores, além de transmitirem para eles as necessidades das suas turmas (essas reuniões acontecem durante as aulas especializadas de Educação física e Educação religiosa).

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

A partir da década de 80, com a Criação dos conselhos Escolares, a participação dos Alunos, Pais, Professores e Funcionários vêm ganhando grande notoriedade dentro da gestão das escolas. De acordo com Japecanga, vale ressaltar que nem sempre o diretor é o culpado pela o autoritarismo dentro das escolas, ou seja, nem sempre ele está fazendo cumprir as ordens delimitadas por ele mesmo. Isso acontece devido ao fato de ele ter que cumprir uma ordem de uma estância maior, no caso, “o Estado”. De acordo com a mesma autora, percebe-se que o Estado

(...) delimita um espaço onde é exercido um determinado poder, o que, provavelmente, prejudica a hipótese de se ter relações democráticas na escola, portanto uma gestão autoritária, cujo os princípios norteadores não condizem com uma escola pública popular. (JAPECANGA, s/d, p. 43).

Nesse sentido, faz-se necessário entendermos o significado da palavra poder: “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (Japecanga, s/d, p. 42 apud Weber, 1979, p. 43).

Como a Escola Municipal “Francisco Diniz” não dispõe de um Conselho Escolar atuante, isto é, nunca foi efetivado, nem tão pouco Associação de Pais e Mestres ou Grêmio Estudantil, as decisões administrativas e financeiras da escola são tomadas pelo Diretor da Escola e pelo Secretário Municipal de Educação. Quanto às decisões no âmbito pedagógico, são tomadas em conjunto com a Supervisão Pedagógica e a Orientação Educacional.

Os diversos setores da Escola trabalham em conjunto uns com os outros, porém cada um tem a sua função distinta. O Secretário Municipal de Educação e a Direção da escola trabalham com a parte administrativa, gerindo toda a escola no setor humano e burocrático. A Supervisão Pedagógica trabalha estimulando, orientando e planejando (através de reuniões e momentos de estudos, troca de experiências entre os docentes), de forma a contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores. A Orientação Pedagógica trabalha diretamente com o foco nos alunos e nos pais, articulando o envolvimento da família no processo educativo dos seus filhos e no

desenvolvimento das ações da escola. O serviço de Psicologia e a Psicopedagogia Psicopedagoga trabalham diretamente com os alunos, orientando e auxiliando em barreiras encontradas dentro e fora da escola. Os Professores são os responsáveis pelo “corpo-a-corpo” e pela da metodologia de ensino da escola, mediando à educação aos alunos e apresentando os resultados obtidos por eles aos pais. Os Auxiliares de Serviços Gerais trabalham na organização da escola, limpando-a, preparando a merenda escolar e auxiliando na organização dos alunos fora das salas de aula.

A gestão da escola não é fragmentada em setores, mas existe uma hierarquia. No topo desta “pirâmide” está a Secretária Municipal de Educação, seguida pela Diretora, Supervisora, Orientadora Pedagógica, Psicólogo/ Psicopedagoga, Professores e os Auxiliares de Serviços Gerais. O trabalho é todo revertido ao foco principal da escola: o ensino/aprendizagem dos alunos.

A diretoria da escola é composta somente pelo Diretor, ou seja, não há Vice-diretor, e é indicada pelo Prefeito Municipal (observando o disposto na Legislação vigente).

A respeito da avaliação dos processos de avaliação dos serviços escolares, a Direção da Escola se remete ao texto citado acima no que tange a obediência das ordens da Secretaria Municipal de Educação. A Avaliação de Desempenho dos profissionais da unidade escolar segue o mesmo modelo que é empregado nas outras Secretarias da Prefeitura de Luminárias. É constituída uma comissão (indicada pelo prefeito) em que os funcionários de uma secretaria são avaliados por funcionários de outra secretaria, exemplificando: os funcionários da Secretaria de Educação são avaliados pelos funcionários da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável. Esse modelo de avaliação acaba por distorcer o real resultado do desempenho profissional dos funcionários.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho da maioria das Escolas Públicas geralmente são dominadas a por um poder exercido pelo diretor, mas, de acordo com Barroso (1996), nem sempre os profissionais obedecem as ordens desse diretor. Segundo Lucchesi (1997) e Paro (1991), as relações dentro da escola se caracterizam um verdadeiro campo minado, tendo em vista que a maioria desses conflitos são provocados por interesses de espaço e poder dentro da escola.

Nesse sentido, as relações de trabalho da Escola Municipal “Francisco Diniz” se dão através do respeito ao trabalho do outro e prima sempre pelo trabalho em equipe.

É quase impossível de se afirmar que em um local com vários pensamentos diferentes, não ocorram conflitos ou divergência de ideias. De acordo com o sitio *Convirgente Positive Organization Facilitators*,

Os conflitos fazem parte da natureza humana. Não devemos atribuir ao conflito, ainda que profundo e complexo, uma conotação negativa. Afinal, dependendo do modo como é gerido pode ser uma fonte de criatividade, de mudança e de maior produtividade.

Sim, os conflitos ocorrem dentro da Escola seja entre aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor ou professor/direção, mas são raros os casos e procuramos resolver primeiramente na instituição.

Os casos de conflitos entre alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, e quando essa estratégia não e possível, eles são encaminhados para o Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional (alguns casos com o auxílio da Psicopedagogia) e quando se extrapola as possibilidades, eles são levados à direção. A família é comunicada através de telefonemas e bilhetes nos cadernos, sendo que, dependendo do caso, são solicitadas a comparecer a escola. Quando são esgotadas todas essas tentativas de resolução, os casos são encaminhados ao Conselho Tutelar de Luminárias. Vale ressaltar que todos esses casos, dos mais simples aos mais complexos, são registrados em um Livro Ata de Conflitos da Escola.

Em relação aos conflitos com professores/alunos, professor/professor, professor/direção e funcionários, esses são resolvidos preferencialmente também na escola, através de um bom diálogo, onde todas as partes são ouvidas e tem o mesmo direito de defesa (esses conflitos também são registrados no Livro Ata de Conflitos da Escola). Quando não há possibilidade de solução dentro da Escola, os casos são encaminhados para a Secretaria Municipal de Educação, que toma as devidas medidas previstas na legislação vigente.

Para descontrair o ambiente de trabalho contamos com o suporte do Serviço de Orientação Educacional e a elaboração de dinâmicas em grupo, comemorações (dia do Diretor, Supervisor, Orientador, Professor, Alunos, dia das mães, dia dos pais, dia da mulher), confraternizações (aniversário da escola e final de ano) além de passeios/excursões.

## 7. AVALIAÇÃO

Ainda que avaliação implique em uma espécie de medição ou qualificação, avaliar se torna um processo muito mais amplo do que isso. A avaliação não é um processo parcial e nem linear. Parcial, pois está inserida no processo de ensino-aprendizagem e nem linear porque deve ter ajustes e reajustes permanentes.

De acordo com Navarro (2004, p. 38), na avaliação é preciso considerar,

(...) além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante.

E ainda completa que:

(...) além da avaliação do desempenho dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não docentes. (NAVARRO, 2004, p. 40).

A avaliação dos alunos na Escola Municipal “Francisco Diniz” é parte integrante do processo pedagógico e tem a função de orientar e principalmente diagnosticar para a intervenção. É um processo contínuo e sistemático que interpreta qualitativamente o conhecimento construído pelo aluno, considerando as dimensões cognitivas, cultural, social e afetiva do aluno, de forma a subsidiar o professor na reflexão sobre sua prática e intervir nas habilidades/conhecimentos não consolidados pelos alunos.

No processo de avaliação durante o ano letivo, os alunos são avaliados não só em um dia ou somente com um instrumento. Esse processo se desenvolve ao longo do ano escolar, do bimestre, e todos os dias, na qual são observados o desenvolvimento, a aptidão e a participação dos alunos nas aulas (são anotados no diário de bordo e no planejamento diário), juntamente com uma avaliação diagnóstica ao final do bimestre. Essas avaliações são Elaboradas pelos Professores e aprovadas ou não pelos Supervisores pedagógicos, a fim de dar um peso maior no processo do diagnóstico.

Quanto aos alunos que são diagnosticados com habilidades/conhecimentos não consolidados, é elaborado um Plano de Intervenção pedagógica com o objetivo de

recuperar, de forma paralela, a aprendizagem desses alunos. São adotadas algumas estratégias como:

- Estudo orientado pelo professor, paralelamente as aulas regulares com atividades elaboradas especificamente para os alunos e atendimento individual do professor;
- Trabalho através de jogos pedagógicos, oficinas, material didático variado e aulas expositivas;
- Trabalho em grupo, com o auxílio de alunos monitores;
- Turmas de reagrupamento temporário (reforço escolar) fora da sala de aula regular, no turno e no contra turno.

A respeito dos alunos, que mesmo ao final do ciclo de aprendizagem (ciclo inicial e ciclo complementar), as estratégias de recuperação não foram suficientes para alcançarem as necessidades mínimas de aprendizagem, são elaborados “estudos independentes” ou “estudos autônomos” como ultima estratégia a fim de recuperar a aprendizagem do aluno. Esses estudos independentes ou autônomos consistem em um conjunto de estudos para o período de férias escolares e uma avaliação na semana que antecede o início do ano escolar subsequente. O conteúdo dos estudos independentes ou autônomos também é orientado pelos Supervisores pedagógicos. Para Luckesi (1990) quando o professor avalia o aluno, ele está avaliando o que ele conseguiu ensinar. Essa avaliação acaba por orientar e aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Matui (2002, p.230), outro importante autor nos fala que a avaliação

(...) é um diagnóstico pelo qual o professor irá detectar os níveis de aprendizagem atingidos pelos alunos e decidir o que precisa ser feito para atingir a qualidade ideal mínima necessária. O professor só passará para um conteúdo novo quando os alunos atingirem esse patamar.

São considerados aprovados os alunos que, ao final do Ciclo Inicial ou do Ciclo Complementar, alcançarem as proficiências mínimas necessárias em cada conteúdo, depois de oferecidas todas às formas de recuperação.

Quanto à classificação e a reclassificação dos alunos, a Escola realiza uma avaliação com a finalidade de posicioná-lo no ano ou ciclo condizente com a sua aprendizagem ou nível de desempenho, seja por ocasião de matrícula, transferência ou promoção. Esse processo independe de escolarização anterior. A reclassificação tem o objetivo de reposicionar o aluno no ano do ciclo, de acordo com a sua idade e nível de desempenho, no sentido de melhorar a sua autoestima e o gosto pelos estudos. Esse processo é coordenado por uma Comissão nomeada pelo Diretor.

Em relação à avaliação dos alunos com necessidades especiais, é realizada pelo Professor de Turma, pelo Professor de Apoio, pelo Supervisor Pedagógico, pela Psicóloga e Psicopedagoga. Os alunos são avaliados com base no seu desenvolvimento e estímulos apresentados por eles durante as aulas.

A Escola também participa das avaliações censitárias do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (a nível nacional) e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação – SIMAVE (a nível estadual). Essas avaliações tem o intuito de apontar as falhas dos sistemas de ensino e dos problemas locais, além de produzir estimativas confiáveis acerca das habilidades não consolidadas pelos alunos. As Avaliações do SAEB são aplicadas bianualmente e é composta pela Avaliação Nacional da Aprendizagem – ANA e Prova Brasil. A ANA avalia os alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental, enquanto que a Prova Brasil avalia os alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental. A respeito das avaliações do SIMAVE, elas são divididas em PROALFA e PROEB. Seguindo o mesmo modelo do SAEB, o PROALFA avalia os alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental e o PROEB avalia os alunos 5º Ao do ensino fundamental. Como já foi dito acima, essas duas avaliações tem o intuito de diagnosticar as falhas no sistema de ensino, mais principalmente de diagnosticar as habilidades não consolidadas pelos alunos. Após esse diagnóstico, também é elaborado um Plano de Intervenção Pedagógica, pela equipe de Especialistas da Escola, com o intuito de recuperar a aprendizagem desses alunos. A respeito desse assunto, Souza (et al. 2005, p. 30) nos fala que:

As avaliações da aprendizagem e institucional são muito importantes para a gestão democrática da escola pública, em especial porque nos permite construir um diagnóstico da realidade educacional/escolar e, com isto, sustentar um

processo mais qualificado de tomada de decisões, de planejamento das nossas ações.

Quanto à avaliação do desempenho dos profissionais da educação, é realizada através da avaliação de uma Comissão Avaliativa, nomeada pelo Prefeito Municipal de Ensino. Onde são adotados critérios avaliativos explicitados na legislação vigente. No termino da avaliação, o profissional recebe sua nota pelo seu chefe imediato, seguida de uma conversa justificando a sua pontuação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Gadotti (2001, p.54),

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para ariscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Conclui-se então que a Escola Municipal “Francisco Diniz” está no caminho certo quanto à busca pela educação de qualidade. Percebe-se que a escola começa a dar indícios de que está abandonando aquela postura conservadora, que antes predominava na educação brasileira, e assumindo a postura da nova LDB 9.394/96. Percebe-se também que a sua estrutura organizacional, tanto administrativa quanto pedagógica, supera os padrões mínimos de qualidade explicitados nessa mesma lei. Seu currículo e avaliação contemplam a base nacional e o que é mais importante: “a diversificação e as peculiaridades regionais”. Entende-se que as formas que são tratadas as relações de trabalho contribuem para o bom ambiente em que se insere a escola.

Mas, em contra partida, a Escola ainda tem que evoluir muito quanto aos processos de decisão. A falta de um Conselho Escolar atuante poderia contribuir muito para o agravamento desse problema. A solução passaria primeiramente pela efetivação desse Conselho Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”, isto é, os conselheiros devem realmente assumir a sua função colegiada e acompanhar o dia-a-dia da administração escolar. A escolha do Diretor, através de voto direto, também se configuraria como uma grande estratégia nesse projeto.

Entende-se que esse projeto não pode servir como uma forma de prisão, “acorrentando” o pensamento dos professores e alunos, impedindo o desenvolvimento da sua criatividade. Pelo contrário, ele deverá apenas direcionar a forma em que o trabalho será desenvolvido na escola, de acordo com as possibilidades e necessidades da sua clientela.

## REFERENCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões.** Revista Brasileira de Educação, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf> . Acesso em 29 de junho de 2014.

BARROSO, João. **Autonomia e gestão das escolas.** Editado pelo ministério da educação – Lisboa – 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasil 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação e Sociedade, vol. 28, nº 100 – Especial, p. 1015 a 1035, outubro 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 28 de julho de 2014.

CONVIRGENTE. **O que é conflito?** Disponível em: <http://www.convirgente.com/Sobre-os-Conflitos/O-que-e-o-conflito/content.aspx?tabid=2169&code=br>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. **O currículo nos limiares do contemporâneo.** Rio de Janeiro, DP & A, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/106/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_Um\\_campo\\_de\\_atuacao\\_do\\_gestor\\_educacional\\_na\\_escola\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/106/O_DIREITO_A_EDUCACAO_Um_campo_de_atuacao_do_gestor_educacional_na_escola_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Reunião Anual da ANPEd, Caxambu

(MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. *Apud* BERTÁGNA, R. H. (2003) Progressão continuada: limites e possibilidades. Tese de Doutorado.

Faculdade de Educação da UNICAMP. Disponível em: [http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_luiz\\_carlos\\_freitas.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf) . Acesso em 29 de junho de 2014.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

KELLY, A. V. (1981). **O currículo. Teoria e Prática** *apud* KERR, John.1968, p. 16. São Paulo: Harbra. p. 03-07. Disponível em: [http://www3.uma.pt/jesussousa/DocumentosCCPCCDoutoramentoBrasil\\_ficheiros/3Definircurriculo.pdf](http://www3.uma.pt/jesussousa/DocumentosCCPCCDoutoramentoBrasil_ficheiros/3Definircurriculo.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 18 de agosto de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos, **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

LUCCHESI, M. A. S. **O diretor da escola pública, um articulador**. Piracicaba, UNIMEP, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro, ABT, 1990.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sócio histórica aplicada ao ensino**. São Paulo, Moderna, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em 29 de junho de 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.) **Avaliação: o processo e o produto**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 18 de agosto de 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 5º ed., 1991.

PAULO, São. **Caderno 3 Currículo em ação**. 1999. Disponível em: [http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/memoria/19352003/pag21legislacao\\_2\\_01.htm](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/memoria/19352003/pag21legislacao_2_01.htm). Acesso em: 16 de julho de 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição. Gestão e avaliação da educação escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba : Ed. da UFPR, 2005, p.32-38. 42 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg) . Acesso em 18 de agosto de 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/educacao\\_texto1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/educacao_texto1.pdf). Acesso em: 29/06/2014.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. SP, Martins Fontes, 1988.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, Unb, 1997.

## ANEXOS

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014																											
JANEIRO							FEVEREIRO 20dias							MARÇO 18dias							ABRIL 19dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			

<b>Legenda</b>		<b>ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”</b>
	<b>Início e Término do Ano/Semestre Letivo</b>	<b>Pça. Nossa S. do Carmo, 286, Centro – Luminárias –MG- <a href="mailto:educacao@luminarias.mg.gov.br">educacao@luminarias.mg.gov.br</a></b>
	<b>Dia Escolar</b>	<b>DIAS LETIVOS: 200</b>
	<b>Feriados/Dias Santos</b>	<b>SEMANAS LETIVAS: 40</b>
	<b>Recessos</b>	<b>Bimestre I – 03/02 a 15/4</b>
	<b>Férias escolares</b>	<b>Bimestre II – 16/4 a 31/7</b>
	<b>Feriados municipais</b>	<b>Bimestre III– 01/08 a 07/10</b>
	<b>Dia D – Escola</b>	<b>Bimestre IV – 08/10 a 19/12</b>
	<b>Dia D – Comunidade</b>	<b>Diretor:</b>

**PLANO CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL – (ANOS INICIAIS)**  
**ESTABELECIMENTO: ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”**  
**ENDEREÇO: PRAÇA NOSSA SENHORA DO CARMO, 286, CENTRO – LUMINÁRIAS-MG**  
**ANO LETIVO: 2014**

ÁREAS DE CONHECIMENTO		CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR			
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
BASE NAC.	Módulos Semanais e Carga Horária Anual	AS	CHA	AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS
<b>COMUM</b> <b>Art.26</b> <b>Lei</b> <b>9394/96</b>	Língua Portuguesa	6	200 h	6	200 h	6	200 h	6	200 h	6	200 h
	Matemática	6	200 h	6	200 h	6	200 h	5	166h:40	5	166h:40
	História	2	66h:40	3	100 h	3	100 h	3	100 h	3	100 h
	Geografia	2	66h:40	2	66h:40	3	100 h	3	100 h	3	100 h
	Ciências	2	66h:40	3	100 h	2	66h:40	3	100 h	3	100 h
	Educação Física	2	66h:40	2	66h:40	2	66h:40	2	66h:40	2	66h:40
	Arte	2	66h:40	2	66h:40	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20
	Ensino Religioso	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20
<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>	Movimento	2	66h:40	-	-	-	-	-	-	-	-
	Redação e Expressão	-	-	-	-	1	33h:20	-	-	-	-
	Jornalismo	-	-	-	-	-	-	1	33h:20	1	33h:20
<b>T O T A L</b>		25	833h:20	25	833h:20	25	833h:20	25	833h:20	25	833h:20

**INDICADORES FIXOS:**

Dias letivos: 200

Semanas letivas: 40

Duração do módulo: 50 minutos

Carga Horária Anual: 833:20 h

Duração do recreio: 15 min. Diários – 50 anuais

**OBSERVAÇÕES:**

- As disciplinas de Movimento, Redação e Expressão e Jornalismo serão ministradas pelo próprio Regente

- Ensino Religioso será ministrado por Professor Credenciado e a escola programará no cômputo da carga horária atividades curriculares para os alunos que não optarem pelo Ens. Religioso.
- Educação Física: será ministrada por Professor Especializado
- A disciplina de Arte será ministrada por professor Regente ou Especializado.
- Preparação para o trabalho constará no planejamento curricular do estabelecimento de ensino e será desenvolvido sob a forma de atividades integradas à Base nacional Comum Art. 26 da Lei 9394/96 e Parte Diversificada.

## **PLANO CURRICULAR**

**ESTABELECIMENTO: ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”**  
**ENDEREÇO: PRAÇA NOSSA SENHORA DO CARMO, 286 , CENTRO – LUMINÁRIAS-MG**  
**ANO LETIVO: 2014**

**Curso: ENSINO FUNDAMENTAL ( ANOS INICIAIS ) – NOTURNO**

BASE NACIONAL COMUM ART.26 LEI Nº 9394/96	ÁREA DE CONHECIMENTO	MÓDULOS SEMANAIS E CARGA HORÁRIA									
		1 ° ANO		2 ° ANO		3 ° ANO		4 ° ANO		5 ° ANO	
	LÍNG. PORTUGUESA	9	300 h	9	300 h	9	300 h	9	300 h	9	300 h
	MATEMÁTICA	5	166h:40	5	166h:40	5	166h:40	5	166h:40	5	166h:40
	GEOGRAFIA	2	66h:40	2	66h:40	2	66h:40	2	66h:40	3	100 h
	HISTÓRIA	3	100 h	3	100 h	3	100 h	3	100 h	3	100 h
	CIÊNCIAS	3	100 h	3	100 h	3	100 h	3	100 h	3	100 h
	ARTE	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20	-	-	-	-
	ENSINO RELIGIOSO	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20	1	33h:20

	ED. FÍSICA	1	33h:20								
PARTE DIVERSIF.	REDAÇÃO E EXPRESSÃO	-	-	-	-	-	-	1	33h:20	-	-
TOTAL	MÓDULOS SEMANAIS/ANUAIS	25	833h:20								

**INDICADORES FIXOS:**

Dias letivos: 200

Semanas letivas: 40

Duração do módulo: 50 minutos

Carga Horária Anual: 833:20 h

Duração do recreio: 15 min. Diários – 50 anuais

**PLANO CURRICULAR**ESTABELECIMENTO: ESCOLA MUNICIPAL “FRANCISCO DINIZ”ENDEREÇO: PRAÇA NOSSA SENHORA DO CARMO, 286 , CENTRO – LUMINÁRIAS-MGANO LETIVO: 2014Curso: EDUCAÇÃO INFANTIL

Formação Pessoal e Social	Conhecimento	EIXOS DE TRABALHO		1º PERÍODO ( 4 anos )		2º PERÍODO ( 5 anos )	
		Identidade e Autonomia	2	73h:20	2	73h:20	
		Movimento	3	110 h	2	73h:20	
		Música	2	73h:20	1	36h:40	
		Artes Visuais	2	73h:20	1	36h:40	
		Linguagem Oral e Escrita	5	183h:20	6	220 h	

	Natureza e Sociedade	2	73h:20	3	110 h
	Matemática	4	146h:40	5	183h:20
	Sub-Total	20	733h:20	20	733h:20
	Recreio	66h:40		66h:40	
	TOTAL	800 h		800 h	

**INDICADORES FIXOS:**

Dias Letivos Anuais: 200

Semanas Letivas Anuais: 40

Carga Horária Anual: 800:00 horas

Duração do Módulo: 55 minutos

Duração do Recreio: 20 min – 66:40 horas anuais

Duração do Turno: 4 horas